

Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN¹

Alan Lacerda – IUPERJ

Bruno Cesário de Oliveira – UFRN

RESUMO

O trabalho realiza um estudo de caso acerca da coalizão Unidade Popular, grupo liderado pelo PMDB no estado do Rio Grande do Norte e ocupante do governo estadual de 1995 a 2002. Empregando a teoria de coalizões desenvolvida por William Riker, procura analisar como a formação de coalizões se dá em contextos de elevado uso de patronagem como recurso de poder político. À ampliação da Unidade Popular no período que vai de 1994 a 2000 seguiu-se uma retração de seu tamanho em 2001 e princípios de 2002. O trabalho defende a hipótese de que a incerteza em relação ao pleito de 2002 impulsionou tentativas de expansão da coalizão que, por sua vez, foram determinantes para a subsequente redução. O trabalho utiliza dados eleitorais e relativos à migração partidária, comparando diversos momentos da história política recente do RN.

Palavras-chave: Coalizões. Eleições. Patronagem.

ABSTRACT

This article develops a case study on the coalition Unidade Popular – UP (Popular Unity), group led by the PMDB in the state of Rio Grande do Norte – RN and state government's incumbent from 1995 to 2002. Employing the coalition theory elaborated by William Riker, we seek to analyze how coalition making occurs in settings with a high level of use of patronage as a resource of political power. Following its enlargement in the period spanning from 1994 to 2000, the UP suffered a diminution in its size in 2001 and beginnings of 2002.

This work sustains the hypothesis that the uncertainty in regard to the 2002 election prompted expansion attempts of the coalition that in turn were determinant for its ensuing reduction. We use electoral and party switching data, comparing several moments of the recent political history of RN.

Key words: Coalitions. Elections. Patronage.

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga o processo de formação de coalizões no plano estadual brasileiro. Examinamos em relevo a expansão da coalizão Unidade Popular no Rio Grande do Norte e sua subsequente redução, cobrindo o período de 1982 a 2002, com ênfase especial nos anos de 1994 em diante. Embora este seja um estudo de caso dirigido a eventos circunscritos na história política potiguar, nada impede comparações futuras com outros contextos estaduais. Sustentamos que a teoria de coalizões utilizada no trabalho pode ser aplicada em contextos políticos competitivos nos quais haja elevado uso de patronagem como recurso de poder. A concessão de cargos associada a estratégias clientelistas de obtenção de votos ocorre em todo o país e é provavelmente um dos traços dominantes da política de vários estados, incluindo o RN.

Salvo engano, trata-se do primeiro esforço para entender a formação de coalizões na política esta-

1 Agradecemos os comentários feitos por Ilza Andrade e Fabiano Santos a versões anteriores do texto. Igualmente somos gratos aos assessores parlamentares da deputada Fátima Bezerra (PT-RN), por informações prestadas.

dual brasileira que utiliza uma abordagem oriunda da teoria da escolha racional. Na análise, mostramos como decisões de atores, na busca da satisfação de suas preferências, ocasionaram efeitos não-antecipados do tipo perverso. Em 2002, a Unidade Popular consumiu os custos de uma estratégia de afirmação hegemônica que falhou em seus propósitos. Determinantes para o mau resultado foram as ações de competidores e restrições, em termos de patronagem e posições eleitorais, ao que a coalizão podia oferecer a seus integrantes, antigos e recentes.

O trabalho é organizado da seguinte forma. Na próxima seção, sumarizamos a teoria das coalizões de William Riker, enfatizando seus dois componentes fundamentais: o princípio do tamanho e o efeito de informação. Na terceira seção, expomos os principais elementos que caracterizavam o contexto político norte-riograndense, em destaque o arranjo bipolar das forças políticas. Na quarta seção, analisamos dados eleitorais e de migração partidária, procurando evidenciar o crescimento da Unidade Popular nas eleições estaduais e municipais, bem como no período entre-eleições. A quinta seção exibe e discute o processo de retração da UP, pondo em destaque as defecções sofridas pela mesma em 2001-2002 e suas causas. A sexta seção apresenta os comentários conclusivos.

TEORIA

No clássico *The theory of political coalitions*, Riker (1962) define a política como um jogo de soma-zero², no qual a vitória é um bem indivisível. As recompensas da vitória são distribuídas única e exclusivamente à coalizão vitoriosa, restando aos derrotados pura e simplesmente a derrota. Riker tenta assim encontrar e isolar o elemento próprio e exclu-

sivo da política. O autor concede que em barganhas e processos similares nos quais há ganhos mútuos, um modelo não-soma-zero seria mais apropriado, mas quando se considera decisões essencialmente políticas tais como uma eleição ou uma votação nominal no parlamento, faz sentido se concentrar no problema imediato da vitória. Esta é um prêmio indivisível em situações de conflito puro. Situações assim abundam na política, diferentemente das áreas societal e econômica, nas quais a probabilidade de ocorrência de jogos de soma-positiva, envolvendo ganhos mútuos, é bem maior.

O campo privilegiado para a aplicação da teoria é sem dúvida o da formação de coalizões eleitorais e legislativas. Riker elabora algumas premissas, definindo o que ele chama de princípio do tamanho, fundamental para o entendimento de seu trabalho. “Em jogos de soma-zero com n-pessoas, permitidos pactos privados entre os jogadores acerca da divisão das recompensas, sendo os atores racionais e de posse de informação perfeita, apenas coalizões de vitória mínima ocorrem” (RIKER, 1962, p. 32)³.

Detalhando as premissas, podemos perceber o raciocínio subjacente à teoria:

– N-pessoas indica interação de três ou mais atores, já que com apenas duas partes não faz sentido se falar de coalizão.

– Em um jogo de soma-zero tudo que é ganho por um ator é perdido pelo outro. Morrow (1994, 75) provê a rigorosa definição de que um jogo é soma-zero se e apenas se a soma das recompensas de todos os jogadores se iguala a zero.

– As partes podem negociar entre si a distribuição das recompensas (*side-payments*), que podem ser, por exemplo, pastas governamentais.

– Que os jogadores são racionais significa dizer que, diante de mais de um curso de ação disponível, os jogadores escolhem aquele que acreditam melhor satisfazer às suas preferências. Em linguagem mi-

2 Strom (1990) e Morrow (1994) sustentam que o jogo de soma-constante é estrategicamente equivalente ao de soma-zero. No jogo de soma-constante, o *payoff* ou recompensa total é uma constante, portanto a soma dos *payoffs* dos jogadores é a mesma, independentemente do resultado obtido ao final da interação. O que um jogador ganha, o outro tem que perder. A premissa de soma-zero parece ser excessivamente restritiva, já que os resultados seriam os mesmos em modelos com soma-constante.

3 As traduções das passagens de Riker e, mais adiante, de Jon Elster, são nossas.

croeconômica, o ator racional busca maximizar sua utilidade (ou seja, suas recompensas).

– O termo informação perfeita significa que todas as partes conhecem a estrutura de recompensas do jogo e suas regras, além dos movimentos anteriores feitos pelos jogadores (STROM, 1990).

Sob estas condições, sustenta Riker, apenas coalizões de vitória mínima ocorrem. Estas coalizões se caracterizam: a) pela ausência de participantes desnecessários à obtenção da vitória e; b) pelo fato de que a saída de qualquer membro da coalizão elimina sua condição de vitoriosa. Suponha que, em uma dada votação parlamentar, uma posição é considerada aprovada com 50% + 1 dos votos. Uma coalizão vitoriosa, operando sob as premissas de Riker, cooperaria atores até o ponto exato de 50% + 1 votantes. Mas por que seria assim? Porque a adição desnecessária de jogadores diminuiria os benefícios para cada membro da coalizão, tornando a inserção na mesma menos satisfatória para os seus componentes. Eis a essência do princípio do tamanho.

Uma outra premissa crucial estipula que os membros da coalizão controlam a entrada de novos membros. Nenhuma parte pode entrar na coalizão sem a concordância daqueles que já estão atuando na mesma. Se tal controle não existisse, todos os perdedores poderiam ingressar na coalizão vencedora, tornando-a sem valor e anulando os benefícios dos ganhadores.

No modelo, não há lugar significativo para as preferências ideológicas dos atores, no que concerne às estratégias visando à vitória. Basicamente, os atores procuram maximizar poder político, o que nas aplicações da teoria significa a ocupação de cargos governamentais a partir da força parlamentar adquirida pelos partidos políticos (no caso das análises sobre formação de governo em regimes parlamentaristas). O eventual discurso ideológico apresentado pelos partidos não constitui restrição à formação de coalizões entre estes.

O modelo de Riker tem sido criticado em vários aspectos. Para os propósitos deste trabalho, a crítica mais importante se refere à premissa de que os

partidos são exclusivamente motivados pela busca de cargos. Se se admite que partidos também são motivados pelo desejo de influenciar a política pública (leia-se: preferências ideológicas), o jogo passa a ter soma variável, o que descarta o princípio do tamanho (STROM, 1990). Isso acontece porque, por exemplo, partidos dão pesos diferentes aos vários itens da agenda política. No que se refere ao ponto ideológico, os ataques à teoria sugerem, implicitamente, os contextos políticos em que a análise é aplicável. Estes serão simplesmente contextos em que a política ideológica é ausente ou marginal no processo político. Voltaremos ao ponto no final da seção.

Críticas à premissa de informação perfeita são de alguma maneira antecipadas pelo próprio Riker, nas passagens em que é introduzido o chamado efeito de informação. Em nossa opinião, esta versão modificada da teoria, que admite coalizões sobre-dimensionadas, é o que há de mais interessante no clássico do autor. Cabe, portanto, uma apresentação cuidadosa da referida modificação crucial e de suas implicações. O efeito de informação baseia-se em um segmento crítico da teoria da escolha racional: aquele que concerne às crenças dos atores. “Em situações sociais similares a jogos de soma-zero com n-pessoas, [...] os participantes criam coalizões tão grandes quanto o que acreditam ser suficiente para a vitória [...]” (RIKER, 1962, p. 47).

As crenças dos agentes a respeito de quando sua coalizão tem de fato o status de vitoriosa dependem do montante de informação que coletaram ou que já está disponível no mundo. O modelo de informação perfeita não dá conta das incertezas presentes no mundo real, anota o autor. Em eleitorados de massa ou mesmo em grandes corpos legislativos, é difícil aferir a taxa de poder político dos vários participantes, assim como saber o que as diversas partes estão fazendo na persecução de seus interesses. Situações de barganha também dificultam a avaliação segura do real tamanho de uma coalizão (exemplos: um membro pode, por alguma razão, simular estar numa coalizão quando na verdade está em outra; alguns atores também podem recusar qualquer com-

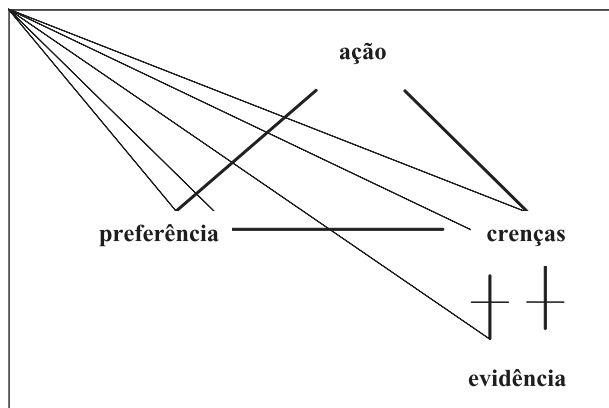
promisso, visando com isso ampliar seu poder de barganha para futuras trocas). A própria permissão aos *side-payments*, enquanto elemento constitutivo do processo de barganha, amplia a incerteza subjacente na medida em que trocas políticas efetuadas entre os atores podem pôr em risco o status majoritário de uma dada aliança.

Riker conclui que, diante de tais restrições, os membros comumente procuram ampliar a aliança até um mínimo, necessário à vitória, estimado subjetivamente, naturalmente acima do mínimo efetivo. Assim, uma coalizão de vitória mínima, subjetivamente estimada, em uma votação a exigir somente a maioria absoluta, poderia alcançar 55% ou 60% dos membros do corpo eleitoral ou legislativo. Nisto consiste, portanto, o chamado efeito de informação. É interessante pensar no efeito de informação como um mecanismo que reflete as dificuldades do ator racional para coletar um nível ótimo de evidências.

Elster (1994) relembra que uma ação, para que seja considerada racional, requer três decisões ótimas da parte do agente:

Primeiro, deve ser o melhor modo de realizar o desejo de uma pessoa, dadas suas crenças. Depois, essas crenças devem ser elas mesmas ótimas, dadas as evidências disponíveis à pessoa. Finalmente, a pessoa deve reunir uma quantidade ótima de evidência – nem demais nem de menos. Essa quantidade depende tanto de seus desejos – da importância que atribui à decisão – como de suas crenças relativas aos custos e benefícios de reunir mais informação (ELSTER, 1994, p. 47).

O processo é ilustrado no Desenho 1. Substituímos o termo desejos pelo conceito mais formal de preferências e desenhamos setas bloqueadas de uma maneira diferente da posta por Elster em seu livro.



Fonte: ELSTER, 1994, p. 48.

Desenho 1 – Passos necessários da ação racional

Como se pode ver no Desenho 1, as otimizações bloqueadas aqui são as que ligam a coleta de informação às crenças do indivíduo acerca do estado do mundo e da estrutura de *payoffs* dos outros indivíduos. Se concebemos o problema da formação de coalizões vitoriosas nos termos da figura, podemos ver que o efeito de informação opera sob duas condições: a) há bloqueios na seta que liga informação à crença, o que gera incerteza nos atores acerca do tamanho apropriado para o grupo, e; b) os atores interessados (em particular o líder ou núcleo da coalizão) tentam obter mais informação sobre o estado do mundo e a estrutura do jogo, deparando-se com consideráveis custos de informação. O resultado é a decisão de ampliar, o que ocasiona a produção de coalizões sobredimensionadas. No fim, a dificuldade consiste, sobretudo, em custos de obtenção de mais informação (em relação ao montante disponível ao indivíduo no início do jogo), dada a conclusão alcançada pelo ator de que há incertezas de alguma natureza (eleitorais e outras).

Dissemos anteriormente que a teoria de Riker tem sido bastante criticada por sua orientação exclusivamente em termos de maximização de poder (*power-seeking* ou *office-seeking*). O modelo não capta adequadamente as motivações de atores orientados por preferências ideológicas (*policy-seekers*). No entanto, pode-se utilizá-lo, em nossa opinião, quando jogos de soma-zero ou constante são freqüentes e as

posições ideológicas têm um papel marginal na disputa política. Sustentamos que, em contextos nos quais há elevado uso de patronagem como recurso de poder, a teoria é aplicável e útil ao entendimento da interação estratégica entre atores políticos.

A ocupação dos postos que realizam patronagem é em regra e, pelo menos, um jogo de soma-constante: uma estrutura de patronagem dominada por um dado ator não pode ser dirigida por outro. As secretarias e órgãos ganhos por um político ou partido são via de regra “perdidos” por outros partidos ou políticos. Além disso, embora estruturas administrativas possam ser ampliadas mediante decisão política, é plausível supor que há uma certa inelasticidade inerente à estrutura de cargos. Afinal, o voluntarismo clientelista tem limites, sobretudo em conjunturas de ajuste fiscal.

Cumprindo indagar, primeiramente, se nesse tipo de jogo o efeito de informação assim mesmo opera, levando os políticos a sobredimensionar uma coalizão majoritária. Em segundo lugar, na eventualidade de o sobredimensionamento ser efetuado, quais são os custos e benefícios desta estratégia. As duas indagações, cremos, são mais bem respondidas a partir de um estudo de caso.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CENÁRIO POLÍTICO POTIGUAR

A partir de 1982⁴, o cenário político nordestino passa a ser definido pela existência de dois pólos dominantes (ou sistemas, no jargão político local) que competem entre si nos diversos pleitos. De um lado, o grupo que tem como núcleo o PMDB e a família Alves, a coalizão Unidade Popular; de outro, o grupo que tem como núcleo o PFL (anteriormente PDS) e a família Maia, cujo nome é Vontade do Povo.

A liderança principal do primeiro “sistema” é o sr. Aluizio Alves, que pode ser considerado por si só

o início de seu próprio grupo: sua influência política data da década de 50 e foi consolidada com a vitória na eleição para governador em 1960, com a legenda do PSD. A organização do grupo familiar tomou impulso na década de 70, a partir de seu progressivo controle sobre o MDB. O grupo elegeu os governadores em 1986, 1994 e 1998, possuindo em 2002 seis familiares com posições eletivas⁵. Detentor da presidência do PMDB no estado, o patriarca não é contado, mas cabe lembrar que Alves já foi duas vezes ministro de Estado.

A maior liderança do segundo “sistema” é o senador José Agripino Maia, mas este não foi o iniciador de seu grupo. O falecido sr. Tarcísio Maia só ascendeu a uma posição destacada no quadro político estadual em 1974, quando foi eleito pela Assembleia Legislativa governador do estado. Na verdade, sua escolha foi uma indicação do general Golbery do Couto e Silva, que procurava renovar os setores conservadores reunidos na Arena, partido de sustentação do regime autoritário-militar (ANDRADE, 1996). O primo de Tarcísio, Lavoisier Maia, o sucede, também como governador biônico, e nomeia Agripino Maia, engenheiro e filho do governador anterior, prefeito de Natal. Agripino foi eleito governador em 1982, quando derrotou Aluizio Alves, e 1990. Em 2002, a família Maia apresenta quatro integrantes com postos eletivos⁶.

O elemento familiar é mais importante na Unidade Popular, dada a presença de considerável número de parentes em posições eletivas e ao fato informal de a família, enquanto tal, constituir o centro decisório do PMDB. Tanto os Maias como os Alves sofrem, ocasionalmente, defecções ou cisões de integrantes das famílias. O padrão usual tem sido o retorno de tais parentes, após um período de dissidência, ao seio do agrupamento político-familiar. As cisões e retornos, em sua maioria, são movimentos

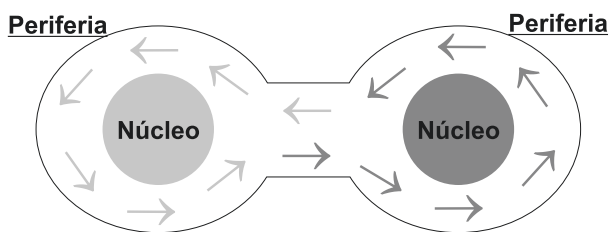
4 Restringimos este prólogo ao período de competição multipartidária (1982-), mas a clivagem mencionada no texto se originou no período bipartidário (1965-79).

5 Henrique Eduardo Alves, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Neto, José Dias, Agnelo Alves e Carlos Eduardo Alves.

6 José Agripino Maia, Lavoisier Maia, Wilma de Faria e Márcia Maia.

puramente estratégicos, não representando clivagens duradouras⁷.

Os núcleos de ambas as coalizões são relativamente estáveis, mas as periferias, particularmente os prefeitos, apresentam consideráveis níveis de migração partidária. Como uma evidência da preeminência da patronagem, a migração ocorre principalmente na direção da coalizão governista de ocasião. Partidos inteiros situados nas periferias freqüentemente mudam de grupo, embora o padrão bipolar se mantenha constante. O Desenho 2 demonstra como se deu a dinâmica política estadual entre 1982 e 2002. Percebemos a existência de duas coalizões com núcleos consideravelmente estáveis, mas com periferias em movimento, o que ressalta a migração como um movimento pendular dos atores políticos entre uma e outra coalizão, a depender, sobretudo, do ocupante do governo estadual.



Desenho 2 – O padrão bipolar das coalizões potiguares

Existem agrupamentos políticos que se posicionam de maneira relativamente independente das duas grandes coalizões. O mais independente é o PT, que jamais se coligou a qualquer um dos “sistemas” em uma eleição estadual ou para a prefeitura da capital. O partido tem influência política apenas na capital, onde logrou terminar os pleitos para a prefeitura com a segunda candidatura mais votada

7 Existem também facções político-familiares no interior do estado. A mais importante delas é formada pelos Rosados, cuja base é Mossoró, segunda cidade do estado. Os Rosados se dividem nos níveis local e estadual entre as duas grandes coalizões estaduais, o que lhes garante o controle político da prefeitura de Mossoró, já que a competição é praticamente restrita a dois membros da família. Cf. Felipe (2001).

em 1996 e 2000. No período, Wilma de Faria (ex-Wilma Maia, por ter sido esposa de Lavoisier Maia) e seu partido, o PSB, também procuraram ampliar sua autonomia. Seus sucessos eleitorais dependeram, porém, de alianças com os pólos dominantes.

Os fatores ideológicos que diferenciam os dois grupos estão relacionados em particular ao seu papel no regime militar e no processo de redemocratização. Aluízio Alves, quando governador, apoiou o golpe militar de 1964 (GERMANO, 1982), posteriormente ingressando na Arena, em uma de suas sublegendas. Contudo, seu mandato de deputado federal lhe foi retirado na onda de cassações após o AI-5, estimulando seu ingresso no MDB. A partir de 1970, os Alves controlam o partido de oposição ao regime militar no estado, construindo uma imagem de oposição ao autoritarismo. Já os Maias foram praticamente criados, em um genuíno processo de invenção política, a partir do governo federal e de militares, que puderam assim substituir elites políticas conservadoras e tradicionais do estado. Tais papéis definiram imagens que diferenciam os dois sistemas: os Alves e o PMDB são geralmente percebidos por importantes emissores de opinião política como menos à direita do que os Maias e o PFL. Todavia, ambos podem ser classificados como agrupamentos de centro-direita.

As duas coalizões utilizam redes de patronagem, com implicações na ocupação de cargos, federais e estaduais, que possam favorecer estratégias clientelistas de obtenção de votos. É muito difícil distinguir grupos políticos por critérios ideológicos quando há uso pervasivo de estruturas de cargos como meio de distribuir benefícios individualizados aos eleitores. O motivo é simples: os políticos e agremiações estão usando estratégias idênticas na persecução dos votos e que, além disso, não têm qualquer elemento programático. A literatura sobre o tópico, em referência ao caso potiguar, ainda é incipiente, mas encontramos conclusões importantes, em dois trabalhos, que vêem nas ações clientelistas um elemento fundamental de manutenção do poder político (ANDRADE, 2001; SILVA, 1998).

Os prefeitos freqüentemente funcionam como cabos eleitorais das coalizões, dada a sua maior proximidade com os eleitores. Nesta posição, realizam trocas políticas com as elites estaduais que poderiam ser igualadas às encontradas na relação coronelista (LEAL, 1978). As lideranças locais tentam assegurar os votos e, em contrapartida, recebem os cargos, além dos recursos de emendas ao Orçamento, com os quais podem obter o apoio necessário entre os eleitores para as elites estaduais e para sua própria sobrevivência política. Contudo, devemos ter o cuidado de salientar uma diferença crucial entre as duas situações. O coronel detinha um nível de controle sobre o voto muito maior que o exercido hoje por prefeitos e lideranças locais, o que gerava pleitos de baixíssima competitividade. Um contraste com o contexto atual, no qual a maioria das eleições exhibe considerável competitividade entre os candidatos.

O elemento sócio-econômico presente no clássico de Leal (1978) como fator fundante do coronelismo, a saber, a estrutura agrária concentrada com um grande número de trabalhadores rurais, está também ausente em nosso caso. Como na maior parte do país, o RN possui uma alta concentração da propriedade da terra, mas apresenta uma população urbana amplamente majoritária. A origem do poder político dos Maias e dos Alves, por sua vez, não pode ser localizada na propriedade da terra e sim em fatores inerentemente políticos.

A EXPANSÃO DA UNIDADE POPULAR

Nesta seção, analisamos a expansão da coalizão Unidade Popular a partir de seu retorno ao comando do governo estadual após o pleito de 1994. No período 1995-98, o movimento de ampliação do grupo desencadeado pelos Alves visou a formação de uma maioria na Assembléia Legislativa e a ampliação da bancada federal, pré-condições percebidas para a reeleição do governador peemedebista. No período

pós-1998, novas considerações entram em foco, a partir dos objetivos delineados pelo patriarca Alves e os obstáculos políticos interpostos a essas metas.

A partir de 1994, podemos verificar o processo de ascensão da coalizão partidária que passou a ocupar o governo. No pleito daquele ano, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) é eleito governador do estado pela coligação oposicionista Unidade Popular (UP), composta por PMDB, PSDB e PPR⁸. O candidato governista, da coligação Vontade do Povo (VP), foi o ex-governador Lavoisier Maia, tendo o apoio de cinco partidos: PDT, PFL, PTB, PL e PP. Ambas as coalizões elegem seus candidatos principais ao Senado: Geraldo Melo e José Agripino Maia, respectivamente.

Para a Câmara dos Deputados, foram eleitos três deputados pela UP e cinco pela VP. No caso da Assembléia Legislativa, lograram êxito eleitoral dez deputados da Unidade Popular, treze da Vontade do Povo e um do PT. Conhecer a realidade eleitoral no ano de 1994, em comparação com os acontecimentos em 1995, é fundamental para que tenhamos uma idéia da extensão do crescimento da UP no estado. Nos Gráficos 1 e 2, concernentes aos resultados eleitorais, podemos constatar uma maioria de deputados eleitos, tanto no nível federal como no estadual, pela VP.

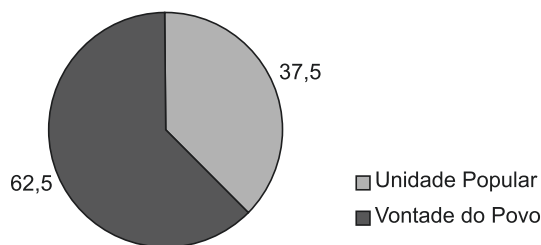


Gráfico 1 – Percentual dos Deputados Federais eleitos em 1994

8 O então PPR (ex-PDS, e depois PPB) rompeu, naquela ocasião, com o PFL lançando o candidato a vice na chapa da coligação Unidade Popular.

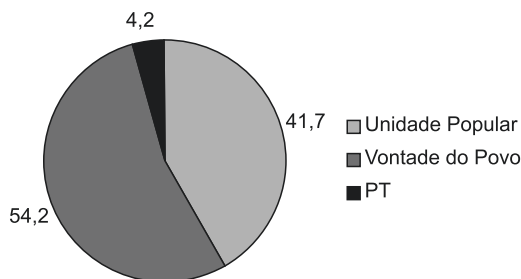


Gráfico 2 – Percentual dos Deputados Estaduais eleitos em 1994

Já no início do governo de Garibaldi Alves Filho, é desencadeado um processo de cooptação visando a garantia de apoio às medidas governamentais enviadas à Assembléia Legislativa, através da formação de uma maioria parlamentar no plenário da Casa. Na verdade, não seria incorreto dizer que o processo de cooptação teve como seu nascedouro a indicação do deputado federal Fernando Freire (PPR/PPB) para vice-governador na chapa de Garibaldi Alves.

Com a vitória da Unidade, o PPB tornou-se uma agremiação receptiva a adesões, recebidas a partir do início da gestão. Para que tenhamos uma idéia desse fenômeno, basta compararmos o quadro partidário na Assembléia Legislativa do estado no início do governo, em 1995, com os resultados eleitorais de 1994 para deputado estadual. O Gráfico 3 demonstra a extensão da migração partidária na direção do grupo governista.

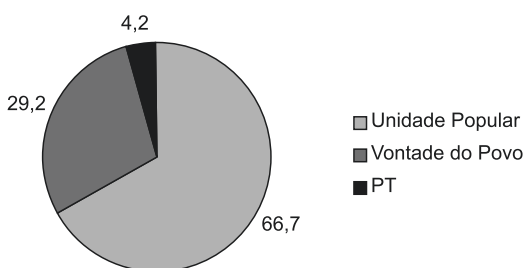


Gráfico 3 – Percentual dos Deputados Estaduais no início de 1995

Em 1995, dos treze deputados estaduais eleitos pela coligação Vontade do Povo, seis passaram a dar apoio ao governo, migrando em sua maioria para o partido liderado pelo vice-governador do estado, como demonstramos no Quadro 1. A presença do PPB na UP teve uma importância fundamental na atração dos nomes provenientes da coligação VP, uma vez que o histórico de conflitos e a forte polarização no estado entre os dois maiores partidos de cada coligação, o PMDB e o PFL, poderia constrianger os deputados, prefeitos e demais lideranças que decidiram apoiar o novo governo (ANDRADE, 2001). As lideranças do PFL e do PPB têm a mesma origem e possuíam afinidades históricas no estado por caminharem unidas nos tempos do PFL e do PDS. Evidentemente, não queremos dizer com isso que o PPB foi o único partido que recebeu adesões dentro da UP, mas sim que foi o maior beneficiário do processo.

Deputados Estaduais	1994	1995
Nelson Freire	PFL	PPB
Valério Mesquita	PFL	PPB
Ricardo Mota	PFL	PPB
Ronaldo Soares	PFL	PPB
Elias Fernandes	PFL	PMDB
Francisco José	PFL	PPB
Deputado Federal	1994	1995
Iberê Ferreira	PFL	PPB

Quadro 1 – Deputados que passaram a apoiar o governo

Desta forma, podemos visualizar o evidente crescimento da Unidade a partir da primeira gestão Garibaldi Alves/Fernando Freire. No final de seu primeiro mandato, novos acontecimentos serviram de impulso a novas adesões em todo estado, a saber, a privatização da empresa elétrica do RN, a Cosern, e a possibilidade de reeleição dos chefes do Poder Executivo, aprovada no Congresso Nacional em 1997. Com a venda da estatal, o governo passou

a ter um potencial de investimento sem precedentes no Rio Grande do Norte, induzindo uma forte migração de prefeitos que passaram a apoiar o governo, integrando-se à Unidade.

Com a aprovação da reeleição, a ampliação dos investimentos do estado em 1998 e a boa avaliação popular, o governo se fortalece para a disputa eleitoral de 1998. Naquele ano, Garibaldi e Fernando Freire são reeleitos no primeiro turno para mais quatro anos de governo, pela Unidade Popular (PMDB, PPB, PPS, PAN, PRTB, PMN, PRN, PSD e PT do B), derrotando mais uma vez a Vontade do Povo (PFL, PSDB, PSB, PTB, PSL, PL e PV), que tinha como candidato o senador José Agripino Maia. A UP é vitoriosa também na eleição para o Senado, elegendo o senador Fernando Bezerra, até então senador na condição de suplente de Alves Filho, na única vaga em disputa, pelo PMDB. É relevante notar que a reeleição do governante de então quebra a alternância que se verificava até então nas disputas pelo cargo de governador.

Terminado o pleito, a situação eleitoral era bem diferente daquela encontrada em 1994. Dos candidatos para a Câmara dos Deputados, a UP consegue eleger cinco e a VP três, fato que demonstra uma alteração substancial no quadro estadual em relação à eleição anterior, com uma supremacia da coligação peemedebista. Para a Assembléia Legislativa, o quadro foi de menor dominância do grupo dos Alves, mas refletiu um aumento em sua força eleitoral: a UP elege doze deputados, a Vontade do Povo dez e a Frente Popular (PT, PDT, PCB e PC do B) consegue eleger dois parlamentares. Os resultados eleitorais podem ser visualizados nos Gráficos 4 e 5.

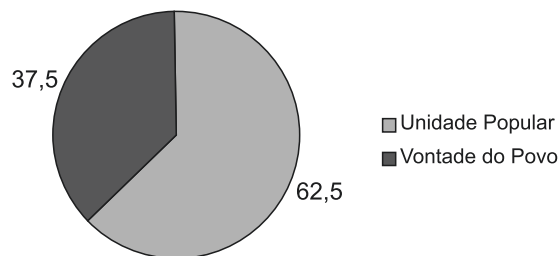


Gráfico 4 – Percentual dos Deputados Federais eleitos em 1998

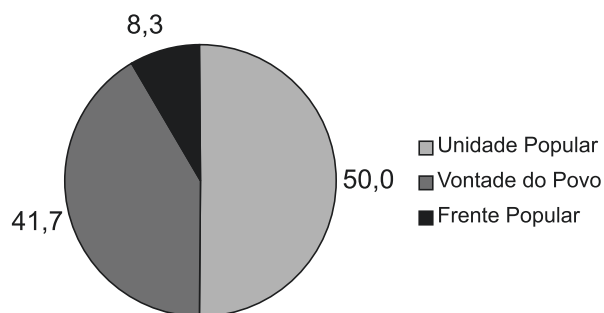


Gráfico 5 – Percentual dos Deputados Estaduais eleitos em 1998

Iniciado o segundo governo da coalizão peemedebista, um novo processo de cooptação continua, com o intuito de dar, novamente, status majoritário ao governo na Assembléia Legislativa. De pronto, dois deputados estaduais eleitos pela Vontade do Povo se filiam ao PPB. Posteriormente, mais um deputado adere ao governo e ao PMDB, mas em 2001, já em plena retração da coalizão. Vê-se, portanto, que o nível de migração foi menor no segundo mandato, pelo menos no que se refere aos deputados. O Quadro 2 expõe as evidências. O fato é que em 1998 a UP elegeu metade dos deputados estaduais e a maioria dos federais, do que se pode inferir que não necessitava importar quadros de fora da coalizão na proporção em que fez no início do primeiro mandato. Em 1994, como se pôde perceber nos Gráficos 1 e 2, a UP saiu da eleição em posição minoritária em ambos os pleitos proporcionais.

Deputados Estaduais	1998	1999-2001
Alexandre Cavalcante	PFL	PPB
Vidalvo Costa	PL	PPB
Nelter Queiroz	PL	PMDB

Quadro 2 – Deputados que passaram a apoiar o governo

No segundo mandato de Garibaldi Alves Filho, o líder da UP, Aluizio Alves, define como objetivo político-familiar a eleição para governador de seu filho, o deputado federal Henrique Eduardo Alves (PMDB). Tal definição gerou dois tipos de incerteza, uma de natureza eleitoral e outra relativa à administração dos espaços internos da coalizão.

A primeira se baseava nas derrotas do deputado Henrique Alves nas duas eleições majoritárias que disputou, para a prefeitura de Natal: em 1988, pela sra. Wilma de Faria (na época no PDT), e em 1992, por Aldo Tinoco Filho (PSB), candidato da prefeita. Estes reverses geraram uma percepção generalizada, maximizada por adversários e “aliados”, de que o deputado era um nome de difícil recepção para um pleito majoritário, a despeito de suas votações maciças para a Câmara.

A segunda incerteza originava-se do temor de que a escolha de Henrique Alves gerasse incentivos à cisão de setores da UP descontentes com sua indicação, particularmente aqueles ligados ao senador Fernando Bezerra. Este se destacava no cenário nacional, tornando-se ministro da Integração Nacional e se posicionando como candidato natural pela coligação.

O cenário assim produzido gerou incentivos para que a UP e seu patriarca se movimentassem na direção de assegurar uma posição hegemônica na política estadual, isolando a Vontade do Povo e desestimulando a candidatura de Fernando Bezerra. Riker sustenta que o efeito de informação se dá quando há incerteza, do ponto de vista do núcleo ou líder(es) da coalizão, acerca do ponto preciso em que a coalizão se torna seguramente majoritária. A

adição de novos correligionários, desta forma, obedece a uma lógica em que a incerteza é de alguma maneira quantificada em adesões acima da maioria ganhadora mínima. Buscando construir uma maioria eleitoral segura para seu filho, cuja postulação enfrentava problemas de rejeição no eleitorado, o ex-ministro Aluizio Alves optou pela cooptação de uma ampla maioria da elite política estadual a tal projeto. Com essa base, confiava superar as dificuldades mencionadas.

A obtenção do apoio dos prefeitos tornou-se fundamental dentro dessa estratégia. O número de prefeitos que passaram a fazer parte dos quadros da Unidade Popular também foi bastante significativo. O Gráfico 6 expõe o número de prefeitos por coligação nos pleitos de 1988, 1992, 1996 e 2000⁹. A UP obtém uma maioria de prefeitos pela primeira vez em 1996, ampliando-a no pleito seguinte, já depois da reeleição.

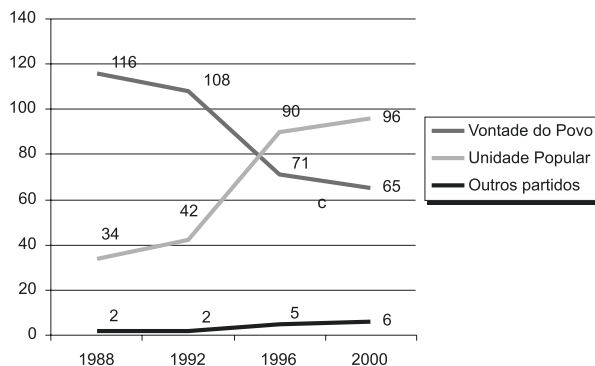


Gráfico 6 – Evolução do Número de Prefeitos por Coligação

Com o objetivo de refinar a análise dos dados, investigamos o fenômeno da reeleição de prefeitos

9 O dado de pertencimento à coalizão é fornecido pela filiação partidária do prefeito no momento eleitoral e pela configuração partidária na eleição estadual anterior a cada pleito municipal, no caso as de 1990, 1994 e 1998. Em 2000, há a exceção do PSB, que coligou-se à UP somente neste ano. Portanto, os prefeitos pessebistas são considerados integrantes da UP neste caso. A fonte dos dados para as eleições municipais é Andrade e Oliveira (2000), importante trabalho de coleta e organização dos dados eleitorais do RN.

na eleição municipal de 2000 no Rio Grande do Norte. Dos 167 municípios¹⁰ do estado, 87 (52%) tiveram seus prefeitos reeleitos nas eleições de 2000, em um universo de 123 aspirantes à reeleição. Dentre os 87 bem-sucedidos, 61 prefeitos faziam parte dos partidos que compunham a UP naquele ano, o que corresponde a cerca de 70% dos municípios que tiveram seus prefeitos reeleitos. Por sua vez, dos 61 prefeitos reeleitos que faziam parte da coalizão governista, vinte vieram a aderir ao grupo depois de 1996, ou seja, foram eleitos pela oposição, mas mudaram de partido, passando a integrar a Unidade. A Tabela 1 exibe o processo de migração e permanência de prefeitos entre as duas grandes coalizões. Fica claro, a partir de seu exame, que a reeleição foi mais segura para aqueles mandatários que pertenciam ao grupo governista, inclusive aqueles que somente aderiram ao governo após o pleito de 1996.

Tabela 1 – Permanência e Migração dos Prefeitos Reeleitos, por Coligação

Prefeitos Reeleitos		
1996	2000	
Unidade Popular →	Unidade Popular	41
Vontade do Povo →	Unidade Popular	20
Vontade do Povo →	Vontade do Povo	25
Unidade Popular →	Vontade do Povo	01
	Total	87

As adesões à UP ocorrem também, marcadamente, na capital do estado, onde o PSB, partido liderado pela prefeita de Natal, Wilma de Faria, adere à coalizão governista a partir de 1999. Após ter sido eleita prefeita de Natal em 1996, pela coligação VP (PSB, PFL, PTB, PCB e PV), Wilma de Faria consolida sua administração com o apoio institucional dos partidos que faziam parte daquela coligação. Em 1998, o PSB ainda apóia, por exemplo, a candidatu-

ra opositorista do senador José Agripino Maia (PFL) para governador. Porém, terminadas as eleições, conversações são abertas visando à obtenção do apoio da prefeita de Natal e de seu grupo à UP.

Nos anos de 1999 e 2000, os primeiros sinais da adesão do PSB à administração Garibaldi se dão com a chamada “parceria administrativa” entre o governo estadual e a prefeitura de Natal. Com a parceria administrativa, Natal ganha obras de grande porte, somente viabilizadas graças a recursos federais e estaduais. A parceria administrativa transforma-se em parceria política e fica acordado que a Unidade Popular não lançaria candidato à prefeitura de Natal no pleito de 2000, apoiando a reeleição da prefeita. É importante assinalar que o acordo eleitoral foi fundamental para a vitória de Wilma de Faria, ainda no primeiro turno, contra a candidata Fátima Bezerra (PT), devido à transferência de votos dos eleitores simpatizantes do PMDB¹¹. Como contrapartida, a prefeita aceita como vice um peemedebista membro da família Alves e garante apoio ao candidato da UP para o governo do estado no ano de 2002. Naquele momento, já se sabia que este seria o deputado federal Henrique Eduardo Alves.

RETRAÇÃO DA UNIDADE POPULAR

Nesta seção, procuramos, primeiramente, descrever o conflito político precedente à eleição de 2002 e os acontecimentos que resultaram na redução da coalizão liderada pelo PMDB. Além disto, buscamos identificar as causas dessa retração. Dois fatores podem desde já ser destacados.

Primeiro, a antevisão, por parte dos políticos em cisão com a UP, de uma coalizão futura alternativa mais satisfatória para seus objetivos, com os correspondentes benefícios esperados em patronagem. À medida em que a Unidade ampliava o número

¹⁰ Em 1996, o RN possuía 166 municípios, passando a 167 em 2000, com a criação do município de Jundiá.

¹¹ Em 1996, Wilma de Faria foi apoiada pelo PFL, porém teve que enfrentar um difícil segundo turno com a deputada estadual Fátima Bezerra. Determinante para a existência do segundo turno foi a presença de uma terceira candidatura bastante competitiva apoiada pelo PMDB, representada pelo sr. João Faustino (PSDB).

de membros, gerava o risco de perda definitiva de “espaços” para vários de seus correligionários, que viam reduzidas suas áreas de influência com o sobre-dimensionamento da coalizão¹². Segundo, a escassez de posições na lista de candidaturas majoritárias e proporcionais em relação à quantidade de postulantes aos cargos eletivos. A escassez é, em princípio, um mecanismo puramente restritivo dado pela estrutura de oportunidades institucionais, mas que é magnificado pelo sobredimensionamento.

A afirmação precoce do nome do deputado Henrique Alves para a sucessão do governador Garibaldi Alves pode ter contribuído para o próprio solapamento de sua candidatura, na medida em que a ausência de uma discussão interna dos nomes suprimiu as possibilidades de uma candidatura diferente à da família Alves, em destaque a do senador Fernando Bezerra. A “imposição da candidatura de Henrique”, tal como foi percebida pelos atores políticos, pode ser vista como o ponto de partida para o processo de retração dentro da coligação Unidade Popular. As razões que levaram o presidente do PMDB estadual a insistir na candidatura de seu filho são provavelmente variadas: o desejo de manter o posto de governador de estado dentro da família, a eleição do filho como coroamento de sua carreira política (deputado federal eleito e reeleito desde 1970, em geral com expressivas votações), e o temor da ascensão de Fernando Bezerra. Importa anotar que, uma vez definido o objetivo, a cúpula da UP tomou os passos necessários para atingí-lo, descritos na seção anterior.

A necessidade de reunir mais apoios enfraquecia internamente a distribuição de poder já existente na UP. Tal fato foi exacerbado pelas dificuldades de aceitação do nome proposto. Primeiro, ocorreu a conquista do apoio do PSB da prefeita de Natal e, posteriormente, a UP trouxe de volta à coligação o

PSDB, liderado pelo senador Geraldo Melo. Nesse momento, a Unidade Popular praticamente conseguia isolar o grupo do senador Agripino Maia. A partir desse momento, os defensores da candidatura do senador Bezerra, que na verdade já mantinha adiantadas conversações com Agripino, rompem com a Unidade Popular e, em sua maioria¹³, filiam-se ao até então localmente inexpressivo PTB, partido que compunha a coligação Vontade do Povo.

O senador Fernando Bezerra vinha exercendo, há vários anos, o cargo de presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), possuindo forte ligação local com os setores empresariais norte-riograndenses. Juntamente com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN) e seu presidente, Bira Rocha, desempenhou papel fundamental no lançamento do chamado Pacto para o Desenvolvimento, movimento empresarial que consolida diversas propostas para o desenvolvimento regional. Aparentemente, o braço político do movimento se concretizava na figura do senador e de seus aliados mais próximos.

Mesmo com o rompimento do grupo de Fernando Bezerra, as atenções dentro da UP continuavam se concentrando na viabilização da candidatura Alves para governador. Henrique Alves se licenciara do cargo de deputado federal para assumir uma secretaria de estado no RN, fato que diminuiria sua distância em relação às bases eleitorais, dando maior repercussão a seus atos. A Segov (Secretaria de Governo e Projetos Especiais) foi claramente criada para acomodar o deputado na estrutura governamental do estado, proporcionando a ele a oportunidade de negociar apoios mais de perto, principalmente com os prefeitos. Algo que freqüentemente causava mal-estar dentro do próprio governo, diante do leque de

12 Deve-se salientar que, quanto mais o fim de um governo se aproxima, menor é o valor esperado de suas ofertas. Se há uma razoável perspectiva de alteração do grupo no governo, os agentes levam em consideração, ao cogitar propostas governistas, a proximidade maior ou menor do término do mandato.

13 As principais lideranças que rompem com a UP são, além do próprio Fernando Bezerra, os deputados federais Múcio Sá (PMDB) e Iberê Ferreira (PPB), e os deputados estaduais Frederico Rosado (PPB) e Tarcísio Ribeiro (então sem partido). Posteriormente, o deputado estadual Wober Júnior também deixa o PMDB, filiando-se ao PPS, que se coliga à Vontade do Povo.

prerrogativas e grande orçamento que a Segov passou a deter.

Enquanto as articulações em torno da candidatura majoritária da UP continuavam, um outro aspecto começa a interferir no funcionamento da coligação. Várias pesquisas de opinião apontam o nome de Wilma de Faria como forte candidata ao governo do estado. As sondagens serviram, mais uma vez, para o questionamento da candidatura peemedebista: “Se outros nomes se apresentavam em melhores condições nas pesquisas, porque continuar trabalhando com uma candidatura aparentemente mais fraca?”. Desta forma, o nome de Wilma de Faria ganha força dentro de seu partido (PSB), preparando o rompimento com a UP, que ocorreu no início de 2002.

Se em 2000 a Unidade Popular apoiara Faria para a prefeitura de Natal, indicando inclusive um Alves para concorrer a vice-prefeito, em 2002 a prefeita procura aproveitar seu bom momento à frente da capital para se lançar numa segunda tentativa de aparecer como força alternativa a pleitear o poder no Rio Grande do Norte¹⁴. Igualmente digna de nota é a adesão do vice-prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, ao PSB. Em seguida a desentendimentos internos no PMDB, relativos em grau considerável à sua posição na lista para deputado federal¹⁵, Carlos Alves anuncia apoio ao projeto de Wilma de Faria, tornando-se prefeito da capital com a renúncia da pessebista ao cargo para se habilitar à disputa estadual. É importante realçar que a cisão do PSB com a Unidade aconteceu apenas após um intenso processo de negociação das vagas nas candidaturas majoritárias e proporcionais.

Nota-se, portanto, a existência de um jogo de propostas e contra-propostas entre os dois grupos, que envolve também a então prefeita de Natal. Para uma melhor exposição desse processo, apresentamos abaixo uma cronologia dos principais eventos¹⁶:

- fev./2001 – Henrique Alves assume a Segov.
- 30/03/2001 – retorno do senador e ex-governador Geraldo Melo à UP.
- 06/07/2001 – ingresso de Fernando Bezerra e aliados para o PTB.
- 22/09/2001 – saída do deputado estadual Wober Júnior para o PPS, que se alia ao PTB e ao PFL.
- 04/10/2001 – reação da UP com a filiação do deputado estadual Nelter Queiroz, egresso do PL, ao PMDB.
- 24/01/2002 – rompimento do PSB com a UP, o que provoca o empate entre opositores e governo na Assembléia Legislativa.
- mar./2002 – rompimento do vice-prefeito com a UP e sua consequente filiação ao PSB.

O saldo final é prejudicial à coligação peemedebista, com a perda do status majoritário no legislativo estadual e na bancada federal na Câmara. A coalizão sobredimensionada, que parecia assumir uma posição hegemônica no cenário estadual, torna-se uma coalizão ainda majoritária em número de prefeituras¹⁷, mas não-majoritária nos assentos da Assembléia e minoritária nos assentos no Senado e na Câmara dos Deputados¹⁸.

14 Em 1994, Faria se candidatou ao governo do estado pelo PSB, buscando aparecer no quadro político estadual como uma terceira força. Sem contar com o apoio dos grandes grupos políticos naquele momento, sua candidatura obteve o quarto lugar nas eleições, perdendo inclusive para o candidato petista Fernando Mineiro. Ambos os candidatos se mostraram pouco competitivos frente às duas candidaturas principais, perfazendo somadas pouco mais de 10% dos votos válidos.

15 Bem como, evidentemente, à perspectiva de tornar-se prefeito da capital.

16 Informações obtidas nos sites dos jornais Diário de Natal e Tribuna do Norte na Internet: www.diariodenatal.com.br e www.tribunadonorte.com.br.

17 Vários prefeitos aderiram à Vontade do Povo à medida que o pleito se aproximava.

18 A possibilidade, que durante um certo momento parecia certa, de que Henrique Alves viesse a ser o vice na chapa de José Serra (PSDB), adicionou mais drama aos eventos sob nosso escrutínio. As denúncias de sua ex-esposa sobre recursos no exterior não só inviabilizaram sua candidatura para vice-

Podemos perceber que a estratégia, o sobredimensionamento, de Aluísio Alves encontrou dois obstáculos, um localizado na ação de outros jogadores, e outro relativo às oportunidades, institucionais e de patronagem, existentes. A primeira restrição consistiu na formação de uma segunda coalizão com claras possibilidades de vitória, a partir da aliança entre o PFL e a liderança ascendente do senador Fernando Bezerra. O PFL, sozinho, caminhava para a diminuição acelerada de seus recursos políticos. A partir do poder de atração, inclusive econômico, de Bezerra, a Vontade do Povo se reergueu no cenário para 2002, passando a constar novamente das considerações dos políticos da Unidade Popular, sobretudo os situados na periferia da coligação (cf. Desenho 2, p. 278).

A segunda restrição, em sua faceta institucional, pode ser ponderada com a simples contagem dos principais postos eletivos disponíveis para o pleito de 2002. São eles os cargos de governador e vice-governador, as duas vagas de senador, e as oito cadeiras para a Câmara dos Deputados. Com a recuperação da VP, a UP só poderia esperar eleger o governador e seu vice, um senador e quatro deputados federais. Garibaldi Alves já seria o candidato natural ao Senado como governador e a outra vaga seria cedida para Geraldo Melo, então líder do PSDB no Senado. A disputa dos cargos de deputado federal já estava congestionada, apesar da esperada saída de Henrique Alves da lista, pela entrada na mesma de um secretário de Estado e do presidente da Assembléia Legislativa¹⁹. Restou no rol de posições, com ampla flexibilidade para a negociação, apenas o cargo de vice-governador. O “congestionamento” foi fator decisivo nas cisões de Carlos Eduardo Alves e do PSB.

presidente como também para governador. O governador Fernando Freire (PPB) passou a ser o candidato da UP ao governo. É curioso notar que os demais candidatos foram em algum momento quadros da Unidade, pois além de Bezerra e Faria, o petista Ruy Pereira pertencia ao PMDB até setembro de 2001.

19 Respectivamente, Nélio Dias e Álvaro Dias.

O ponto da patronagem é direto. Presumimos que a distribuição de cargos, sobretudo os comissionados e de confiança, é o fator central na atração de novos agentes para dentro da coalizão, uma vez que neste contexto a motivação primária é a ocupação de estruturas na administração pública. Os aspectos ideológicos são marginais ou inexistentes no que se refere a tais adesões. O problema é: os aliados de “primeira hora” da coligação, previamente às tentativas de adesão, já têm divididas as posições na estrutura de cargos. Mesmo com a criação de novos cargos comissionados, é plausível supor que, em tal situação, o núcleo da coalizão enfrenta sérios problemas de acomodação dos recém-chegados. A nomeação de Henrique Alves para a Segov aumentou tais dificuldades, visto que uma das estruturas de patronagem passou a ser chefiada por um único ator, o que certamente afetou os interesses de aliados, de “primeira hora” ou não.

CONCLUSÃO

De acordo com nosso trabalho, o efeito de informação é o mecanismo causador principal da retração. Usamos o termo mecanismo na acepção empregada por Jon Elster, com o intuito de ressaltar seu potencial analítico em vários contextos sociais: “A característica singular de um mecanismo não é que ele possa ser aplicado universalmente para prever e controlar eventos sociais, mas sim que o mecanismo concretiza uma cadeia causal que é suficientemente genérica e precisa para nos capacitar a localizá-la em contextos muito diferentes” (ELSTER, 1993, p. 5).

Em nosso caso, portanto, os benefícios da estratégia de sobredimensionamento foram superados pelos seus custos. Ao incorporar um grande número de atores dentro de si, a UP viu reduzir-se seu valor enquanto coalizão, pelos limites do que podia oferecer e pela ação de competidores. O efeito

de informação revelou ser, a esse respeito, um efeito perverso para o grupo em foco²⁰.

A redução da UP aconteceu antes da campanha eleitoral de 2002, mas não deixa de ser importante tecer algumas considerações sobre o resultado eleitoral daquele ano. Em primeiro lugar, o eleito rejeitou a candidatura de Fernando Bezerra (PTB), levando ao segundo turno o governador Fernando Freire (PPB) e Wilma de Faria (PSB). Tais movimentos não alteram a nossa conclusão, pois os grupos alinhados a Bezerra apoiaram a candidatura vitoriosa do PSB no segundo turno, o que torna a administração eleita em 2002 o foco definitivo do realinhamento causado pela retração da Unidade Popular.

Duas conclusões podem ser retiradas deste estudo, a rigor trajetões analíticas, sugestões de possíveis generalizações.

1 – A tentativa de obter uma maioria eleitoral segura, via construção de uma sobre-maioria na elite política através de patronagem, apresenta consideráveis problemas em contextos de competição política democrática. Caracteristicamente, seu sucesso depende do bloqueio do surgimento de um competidor viável. Isso acontece devido aos problemas de partilha de cargos e horizonte temporal (aproximação do fim do mandato) gerados pelo uso exclusivo de estruturas administrativas.

2 – A estratégia de sobredimensionamento pode ser descartada se o núcleo da coalizão possui, além de patronagem, recursos ideológicos com os quais possa obter apoios no eleitorado e sinalizar posições para o restante da elite política. É claro, essa estratégia “mista” também não garante necessariamente uma maioria eleitoral, mas pode reduzir a disputa fratricida por espaços na administração pública, no interior da coalizão.

20 Para trabalhos de política brasileira que fazem alusão ao efeito de informação como um possível efeito perverso (Cf. AMORIM NETO, 1991; SANTOS, 1997). Ambos se referem às relações executivo-legislativo no presente regime democrático e no período de 1946-64.

REFERÊNCIAS

- AMORIM NETO, Octávio. *Formação ministerial em sistemas presidencialistas multipartidários: o caso brasileiro (1946-1964)*. Dissertação (Mestrado) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1991.
- ANDRADE, Ilza. Eleições 98 no Rio Grande do Norte: o jogo estratégico dos atores políticos e o resultado eleitoral. In: GICO, Vânia de Vasconcelos; LINDOSO, José Antonio Spinelli; COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente (Org.). *As ciências sociais: desafios do milênio*. Natal: Edufrn, 2001. p. 238-257.
- _____. *Políticas e poder: o discurso da participação*. São Paulo; Natal: Ad Hominem; Cooperativa Cultural UFRN, 1996.
- ANDRADE, Ilza; OLIVEIRA, Bruno de. *Dinâmica eleitoral do RN (1960-1998)*. Natal: UFRN; Diário de Natal, 2000.
- ELSTER, Jon. *Political psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- _____. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FELIPE, José L. *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o “País de Mossoró”*. João Pessoa: Grafset, 2001.
- GERMANO, José W. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MORROW, James. *Game theory for political scientists*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- RIKER, William. *The theory of political coalitions*. New Haven: Yale University Press, 1962.
- SANTOS, Fabiano. Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 465-492, 1997.
- SILVA, Melquisedec. *As bases do conservadorismo político no RN*. Natal: Base de Pesquisa Estado e Políticas Públicas, UFRN, 1998. (Coleção Cadernos de Pesquisa, n. 3).
- STROM, Kaare. *Minority government and majority rule*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.